

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações do exercício de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

**1) Política Operacional**

Em 2015, o Sicoob Norte completou 27 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

**2) Nosso Desempenho**
**2.1) Retornos**

			%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Variação	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	24,39	32,64	-8,25	
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	5,02	6,85	-1,83	

**2.2) Resultado**

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
<b>Demonstração do Resultado do Período</b>			
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	63.818	56.634	12,68
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25.683	7.947	223,18
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.636	2.614	0,84
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	11.490	9.947	15,51
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.140	2.092	2,29
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	32.831	32.466	1,12
Despesas Tributárias	423	291	45,36
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	4.056	5.058	-19,81
Ingressos de Depósitos Interooperativos	14.528	5.819	149,66
Juros ao Capital	12.668	8.772	44,41
<b>Sobras do exercício</b>	<b>33.701</b>	<b>35.554</b>	<b>- 5,21</b>

Contribuíram para a composição da Sobra do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 15,51%, o resultado da intermediação financeira aumentou 12,68%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 0,84% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 2,29% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, fosse de 1,12%, percentual bem inferior a inflação do período.

Houve um aumento de 149,66% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 35%, 4,36 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2014.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R\$ 12.668 mil referente a juros ao capital, que é 44,41% maior do que o pago no exercício anterior.

**2.3) Dados Patrimoniais**

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
<b>Balanco Patrimonial</b>			
Ativos Totais	738.265	605.432	21,94
Centralização Financeira	108.305	92.031	17,68
Carteira de Crédito	617.503	490.547	25,88
Depósitos	287.489	232.761	23,51
Patrimônio Líquido	167.103	142.305	17,43
Patrimônio de Referência (PR)	167.097	132.199	26,40

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R\$ 738.265 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 21,94% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 617.503 mil, com crescimento de 25,88% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 23,51% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R\$ 287.489 mil.

O patrimônio líquido cresceu 17,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 167.103 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 2,23%, percentual inferior ao verificado no mercado.

**2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015 E DE 2014 (EM MILHARES DE R\$)</b>				
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	
<b>Circulante</b>		<b>558.977</b>	<b>481.332</b>	
Disponibilidades		4.296	4.211	
Títulos e Valores Mobiliários	3	880	2.555	
Carteira Própria		880	2.555	
Relações Interfinanceiras	4	108.305	92.031	
Centralização Financeira - Cooperativas		108.305	92.031	
Operações de Crédito	5	442.447	380.738	
Empréstimos e Títulos Descontados		255.124	203.509	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		227.196	197.463	
(-) Provisão para Operações de Crédito		(39.873)	(20.234)	
Outros Créditos	6	2.909	1.740	
Rendas a Receber		1.949	1.281	
Diversos		960	459	
Outros Valores e Bens	7	140	57	
Outros Valores e Bens		127	34	
Despesas Antecipadas		13	23	
<b>Não Circulante</b>		<b>179.288</b>	<b>124.100</b>	
Realizável a Longo Prazo		151.290	99.387	
Títulos e Valores Mobiliários	4	12.701	6.513	
Carteira Própria		12.701	6.513	
Operações de Crédito	5	135.183	89.575	
Empréstimos e Títulos Descontados		96.912	75.971	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		38.271	13.604	
Outros Créditos	6	3.406	3.299	
Diversos		3.406	3.299	
<b>Permanente</b>		<b>27.998</b>	<b>24.713</b>	
Investimentos	8	19.474	15.842	
Participações em Cooperativas		19.474	15.842	
Imobilizado de Uso	9	8.274	6.594	
Imóveis de Uso		3.477	3.417	
Outras Imobilizações de Uso		10.489	6.310	
(-) Depreciações Acumuladas		(5.692)	(3.133)	
Intangível	10	250	321	
Ativos Diferidos		715	713	
(-) Amortização Acumulada		(465)	(392)	
Diferido	11	-	1.956	
Gastos de Organização e Expansão		265	3.352	
(-) Amortização Acumulada		(265)	(1.396)	
<b>TOTAL</b>		<b>738.265</b>	<b>605.432</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**

EM 31/12/2015 E DE 2014 (EM MILHARES DE R\$)

	<b>Nota</b>	<b>2º SEM. 2015</b>	<b>31/12 2015</b>	<b>31/12 2014</b>
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>		<b>55.559</b>	<b>102.460</b>	<b>80.158</b>
Operações de Crédito		54.689	100.985	77.294
Result. de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financ.		870	1.475	2.864
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>		<b>(39.940)</b>	<b>(64.021)</b>	<b>(31.471)</b>
Operações de Captação no Mercado		(13.673)	(23.383)	(14.011)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(8.618)	(15.259)	(9.513)
Provisão para Operações de Créditos		(17.649)	(25.379)	(7.947)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>15.619</b>	<b>38.439</b>	<b>48.687</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operac.</b>		<b>(822)</b>	<b>(3.490)</b>	<b>(11.812)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.337	4.420	3.318
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.729	7.070	6.629
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(8.243)	(15.588)	(14.524)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(7.617)	(14.545)	(12.940)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(263)	(423)	(291)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		8.905	14.528	5.819
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	2.513	4.050	5.179
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(2.183)	(3.002)	(5.002)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>14.797</b>	<b>34.949</b>	<b>36.875</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	22	<b>(15)</b>	<b>6</b>	<b>(121)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>14.782</b>	<b>34.955</b>	<b>36.754</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(373)
Participações nos Resultados de Empregados		(702)	(1.254)	(827)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>14.080</b>	<b>33.701</b>	<b>35.554</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>(13.202)</b>	<b>(16.358)</b>
F.A.T.E.S.		-	(2.435)	(2.025)
Reserva Legal		-	(10.767)	(14.333)
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>		<b>14.080</b>	<b>20.499</b>	<b>19.196</b>
Juros ao Capital	19	(12.668)	(12.668)	(8.772)
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>		<b>1.412</b>	<b>7.831</b>	<b>10.424</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

EM 31/12/2015 E DE 2014 (EM MILHARES DE R\$)

<b>Eventos</b>	<b>Capital Subscrito</b>	<b>Capital a Realizar</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Sobras ou Perdas Acum.</b>	<b>Totais</b>
<b>Saldo em 31/12/13</b>	<b>74.539</b>	<b>(125)</b>	<b>28.468</b>	<b>6.698</b>	<b>109.580</b>
<b>Dest. de Sobras Exercício Anterior:</b>					
. Ao Capital	6.694	-	-	(6.694)	-
. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	(4)	(4)
<b>Movimentações de Capital:</b>					
. Por Subscrição/Realização	4.825	(112)	-	4.713	4.713
. Por Devolução (-)	(4.043)	-	-	(4.043)	(4.043)
. Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	35.554	35.554
. Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(8.772)	(8.772)
. Subscrição do Juros ao Capital	8.589	-	-	8.589	8.589
. IRRF sobre Juros ao Capital	(1.287)	-	-	(1.287)	(1.287)
. <b>Fates Ato Não Cooperativos</b>				(722)	(722)
<b>Dest. das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva	-	-	14.333	(14.333)	-
. F A T E S	-	-	-	(1.303)	(1.303)
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>89.317</b>	<b>(237)</b>	<b>42.801</b>	<b>10.424</b>	<b>142.305</b>
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>89.317</b>	<b>(237)</b>	<b>42.801</b>	<b>10.424</b>	<b>142.305</b>
<b>Dest. de Sobras Exercício Anterior:</b>					
. Ao Capital	10.411	-	-	(10.411)	-
. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	(13)	(13)
<b>Movimentações de Capital:</b>					
. Por Subscrição/Realização	3.085	-	-	3.085	3.085
. Por Devolução (-)	(6.245)	(267)	-	(6.512)	(6.512)
. Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	33.701	33.701
. Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(12.668)	(12.668)
. Subscrição do Juros ao Capital	12.425	-	-	12.425	12.425
. Juros ao Capital Pago em c/c	(2.378)	-	-	(2.378)	(2.378)
. IRRF sobre Juros ao Capital	(407)	-	-	(407)	(407)
. <b>Fates Ato Não Cooperativos</b>				(1.456)	(1.456)
<b>Dest. das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva	-	-	10.767	(10.767)	-
. F A T E S	-	-	-	(979)	(979)
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>106.208</b>	<b>(504)</b>	<b>53.568</b>	<b>7.831</b>	<b>167.103</b>
<b>Saldo em 30/06/15</b>	<b>98.174</b>	<b>(347)</b>	<b>42.801</b>	<b>19.621</b>	<b>160.249</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>					
. Por Subscrição/Realização	1.727	-	-	1.727	1.727
. Por Devolução (-)	(3.333)	(157)	-	(3.490)	(3.490)
. Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	14.080	14.080
. Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(12.668)	(12.668)
. Subscrição do Juros ao Capital	12.425	-	-	12.425	12.425
. Juros ao Capital Pago em c/c	(2.378)	-	-	(2.378)	(2.378)
. IRRF sobre Juros ao Capital	(407)	-	-	(407)	(407)
. <b>Fates Ato Não Cooperativos</b>				(1.456)	(1.456)
<b>Dest. das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva	-	-	10.767	(10.767)	-
. F A T E S	-	-	-	(979)	(979)
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>106.208</b>	<b>(504)</b>	<b>53.568</b>	<b>7.831</b>	<b>167.103</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

EM 31/12/2015 E DE 2014 (EM MILHARES DE R\$)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2º SEM. 2015</b>	<b>31/12 2015</b>	<b>31/12 2014</b>
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Partic.</b>	<b>14.782</b>	<b>34.955</b>	<b>36.754</b>
IRPJ / CSLL	-	-	(373)
Participações nos Resultados de Empregados	(702)	(1.254)	(827)
Depreciações e Amortizações	795	1.575	1.236
Provisão para perda com operações de crédito	17.649	25.379	7.947
Provisão de Juros ao Capital	(12.668)	(12.668)	(8.772)
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	2	7	105
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	(20)	-
	<b>19.858</b>	<b>47.974</b>	<b>36.070</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	(2.358)	(4.513)	25.172
Relações Interfinanceiras	342	-	-
Operações de Crédito	(91.017)	(132.696)	(119.338)
Outros Créditos	(106)	(1.276)	(814)
Outros Valores e Bens	(18)	(83)	37
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	(8.802)	433	10.523
Depósitos sob Aviso	205	6	(597)
Depósitos a Prazo	18.491	54.289	38.27

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/11/1988, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB NORTE possui 18 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES

O SICOOB NORTE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 08/02/2006 ocorreu a transformação do SICOOB NORTE para entidade de "Livres Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 11/09/2006.

### 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 15/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03(R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 1.376/2011.

### 2. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	4.296	4.211
Relações interfinanceiras - centralização financeira	108.305	92.031
<b>TOTAL</b>	<b>112.601</b>	<b>96.242</b>

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas

a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabeleceram nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuíram para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

#### j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, liquidados dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

#### r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### s) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por

"impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2015

### 3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Título De Renda Fixa	13.581	9.068
<b>TOTAL</b>	<b>13.581</b>	<b>9.068</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Bancoob.

### 4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira - Cooperativas	108.305	92.031
<b>TOTAL</b>	<b>108.305</b>	<b>92.031</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES.

### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12 2014
	Circ.	Não Circ.	Total	
Adiantamento a Depositante	1.141	-	1.141	862
Empréstimos	188.666	75.453	264.119	192.175
Títulos Descontados	49.779	2	49.781	48.567
Financiamentos	15.538	21.457	36.995	37.876
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	227.196	38.271	265.467	211.067
(-) Provisões para Operações de Crédito	39.873	-	39.873	20.234
<b>TOTAL</b>	<b>442.447</b>	<b>135.183</b>	<b>577.630</b>	<b>470.313</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / Cheque Especial / Conta Garantida	31/12/2015		Total 2015	Prov. 31/12 2015	Total 31/12 2014	Prov. 31/12 2014
		Financiamentos	Financiamentos Rurais				
AA - Norm.	10.285	0	45	0	10.330	6.228	-
A 0,5% Norm.	90.129	268	17.748	84.169	192.304	862	235.002
A 1% Norm.	117.795	6.104	11.164	174.626	309.660	3.097	191.990
B 1% Venc.	9.010	50	1.023	350	10.433	104	2.835
B 3% Norm.	33.440	2.084	2.744	3.766	42.034	1.261	28.739
C 3% Venc.	4.257	137	919	508	5.821	175	2.624
D 10% Norm.	3.302	794	158	660	4.914	491	3.570
D 10% Venc.	1.938	63	1.163	298	3.462	346	2.152
E 30% Norm.	877	109	31	15	1.022	310	371
E 30% Venc.	1.086	56	336	80	1.568	467	773
F 50% Norm.	3.001	87	31	32	3.151	1.575	660
F 50% Venc.	1.616	49	243	58	1.966	984	202
G 70% Norm.	1.243	122	42	38	1.445	1.012	1.376
G 70% Venc.	783	68	33	126	1.009	706	844
H 100% Norm.	14.284	358	310	424	15.376	15.376	8.590
H 100% Venc.	11.284	403	1.004	317	13.008	13.007	4.820
Total Normal	274.327	9.916	32.273	263.730	580.246	24.084	476.497
Total Vencidos	29.973	826	4.721	1.737	37.257	15.789	14.050
Total Geral	304.300	10.742	36.994	265.467	617.503	39.873	490.547
Provisões	33.257	1.227	2.065	3.324	39.873	20.234	-
Total Líquido	271.043	9.515	34.929	262.143	577.630	19.639	470.313

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	57.347	121.719	75.453	254.519
Títulos Descont.	42.824	6.954	2	49.780
Financiamentos	4.764	10.774	21.457	36.995
Financ. Rurais	40.216	186.980	38.271	265.467
<b>TOTAL</b>	<b>326.427</b>	<b>135.183</b>	<b>606.761</b>	

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12 2015	% da Cart.
Sector Privado - Comércio	2.310	74.338	15.854	8.882	101.384	16%
Sector Privado - Indústria	130	12.921	9.394	10.145	32.590	5%
Sector Privado - Serviços	1.422	53.001	7.848	0	62.271	10%
Pessoa Física	6.824	139.815	16.270	238.062	400.971	65%
Outros	56	11.439	414	8.378	20.287	3%
<b>TOTAL</b>	<b>10.742</b>	<b>291.514</b>	<b>49.780</b>	<b>265.467</b>	<b>617.503</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	20.234	18.678
Constituições	25.379	7.945
Transferência para prejuízo	(5.740)	(6.389)
<b>TOTAL</b>	<b>39.873</b>	<b>20.234</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Devedor	16.255	2,63%	10.259	2,09%
10 Maiores Dev.	75.410	12,21%	52.000	10,60%
50 Maiores Dev.	155.293	25,15%	115.720	23,59%

### g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	21.279	19.027
Valor das operações transferidas no período	5.740	6.389
Valor das operações recuperadas no período	(2.637)	(2.614)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	81	57
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(551)	(1.580)
<b>TOTAL</b>	<b>23.912</b>	<b>21.279</b>

### 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

## NOTAS EXPLICATIVAS | EM 31/12/2015 E DE 2014 (EM MILHARES DE REAIS)

Impostos e contribuições a recolher	1.257	1.965
<b>TOTAL</b>	<b>1.257</b>	<b>2.092</b>

## 15.3 Diversas

Descrição – curto prazo	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos	-	4.872
Despesas de Pessoal	1.209	1.073
Outras Despesas Administrativas (a)	990	1.511
Credores Diversos – País (b)	471	507
Cheques Descontados (c)	614	696
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento (d)	1.343	1.179
Outras (e)	93	65
Provisão para Garantias Prestadas (f)	304	-
Provisão para Passivos Contingentes (g)	3.641	3.201
<b>Total</b>	<b>8.665</b>	<b>13.104</b>

(a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com, água e energia R\$ 7 mil, alugueis R\$ 46 mil, comunicações R\$ 105 mil, segurança e vigilância R\$ 4 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 8 mil, transporte R\$ 9 mil, seguro R\$ 464 mil, plano de saúde R\$ 9 mil, compensação R\$ 191 mil, seguros a recolher R\$ 3 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 105 e outras R\$ 39 mil.

(b) Refere-se a cheques depositados relativos a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015.

(c) Refere-se a cheques depositados relativos a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015.

(d) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas.

(e) Refere-se a IOF a recolher R\$ 85 mil, tributos municipais R\$ 1 mil e fornecedores R\$ 7 mil.

(f) Refere-se a provisão constituída sobre as garantias prestadas.

(g) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais
PIS (a)	505	505	481	481
COFINS (a)	2.560	2.560	2.436	2.436
INSS (b)	-	-	99	99
Trabalhistas (c)	416	92	36	34
Outras contingências (d)	160	249	149	249
<b>Total</b>	<b>3.641</b>	<b>3.406</b>	<b>3.201</b>	<b>3.299</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia, sendo sua exigibilidade a longo prazo.

(b) O valores depositados em juízo, pertinentes ao processo do INSS sobre cédulas de presença, foram convertidos em pagamento definitivo após decisão final do processo.

(c) A Cooperativa é polo passivo em processos de natureza trabalhista, sendo constituída provisão para fazer face às perdas que podem ocorrer nas decisões judiciais, que segundo parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de ganho, por parte dos reclamantes é classificada como provável.

(d) Processos indenizatórios de danos morais e materiais classificados pela assessoria jurídica como perda provável, sendo constituído provisão correspondente.

## 16. Instrumentos financeiros

O SICOOB NORTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 17. Patrimônio líquido

## a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	105.704	89.080
Associados	30.935	29.452

## b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

## c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$10.424 mil.

## d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	21.033	26.782
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.456)	(722)

Sobra líquida, base de cálculo das destinações	19.577	26.060
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	10.767	14.333
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	979	1.303
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>7.831</b>	<b>10.424</b>

## 18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Receita de prestação de serviços	2.585	2.092
Despesas específicas de atos não cooperativos	(551)	(471)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(584)	(526)
Resultado Não Operacional	6	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.456	1.095
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>1.456</b>	<b>722</b>

## 19. Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Juros ao Capital	12.668	8.772
IRF sobre juros ao capital	(409)	(1.314)
Juros ao Capital – Associados	(240)	(156)
Desligados	(2.378)	-
Creditado em Conta Corrente	(2.378)	-
Valor incorporado a conta capital	9.641	7.302

## 20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas diversas	96	3.835
Rendas de repasses delcredere Reversão de provisões operacionais	1.481	394
Rendas Juros de Cartão de Crédito	938	-
Rendas multa por atraso - Cartão	382	-
Renda intercâmbio – Cartão de Crédito	348	-
Renda intercâmbio – Cartão de Débito	92	-
Dividendos (a)	693	-
Credito receita sipag – Faturamento/Antecipação	5	-
Outras	-	912
<b>Total</b>	<b>4.050</b>	<b>5.179</b>

(a) É referente ao recebimento das distribuições de sobras do Sicoob Central ES R\$ 395 mil e Recebimento de dividendos do Bancoob no valor de R\$ 298 mil

## 21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Descontos concedidos - operações de crédito	787	755
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	-	172
Bonificação seguro prestamista	1	7
Correspondente Bancário	306	272
Passivos Trabalhistas	380	-
Passivos Contingentes	24	124
Cancelamento – tarifas Pendentes	465	516
Fundo de Desenvolvimento (a)	610	3.089
Descontos Concedidos – Oper Créd – Crédito Pessoal	13	11
Contribuição ao fundo ressarc. De Fraudes Externas	54	-
Contribuição ao fundo ressarc. De Fraudes Perdas Operacionais	25	-
Provisão para Garantias Prestadas	304	-
Outras	33	56
<b>Total</b>	<b>3.002</b>	<b>5.002</b>

a) Refere-se a Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo que objetiva disponibilizar recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento.

## 22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ganho de capital	56	61
Lucro na alienação de valores e bens	22	-
Perdas de capital	(7)	(106)
Perdas Fraudes Externas	(51)	-
Perdas Fraudes Práticas	(11)	-
Inadequadas	-	-
Perdas Fraudes Falhas em Sistemas de TI	(1)	-
Outras Despesas não Operacionais	(2)	(76)
<b>Resultado líquido</b>	<b>6</b>	<b>(121)</b>

## 23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
1.957	0,10
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
1.471	0,42

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
	18	-	0,17
	1.070	(8)	0,40
	541	(4)	0,19
	1	-	0,00

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	967	1,24	-
Depósitos a Prazo	763	0,36	90% a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,70% a.m. a 4,00% a.m.	1,70% a.m. a 4,00% a.m.
Empréstimos	1,20% a.m. a 4,50% a.m.	1,20% a.m. a 4,50% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a.m. 2,80% a.m.	1,25% a.m. 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	5,50% a 8,75% a.a.	5,50% a 8,75% a.a.
Aplicação Financeira RDC Longo CDI	90% do CDI a 100% do CDI	90% do CDI a 100% do CDI

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEF. MONETÁRIOS NO EXERC. DE 2015 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	1.161
Remuneração	300
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	37

## 24. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/01/2016, com opinião sem modificação.

## 25. Gerenciamento de Risco

## 25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RW/Aopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## 25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB NORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB NORTE aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB NORTE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

## 25.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB NORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB NORTE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB NORTE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

## 25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB NORTE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB NORTE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

## 26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 26.085 (vinte e seis milhões e oitenta e cinco mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## 27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	167.097	132.199
Margem de Compatibilização	93.023	75.645
Índice da Basileia	29,33%	30,39%
Margem de Imobilização	75.030	58.208

## 29. Contingências Passivas